

Atravessamentos do tempo na prática de pesquisa: entre a objetividade dos prazos e a subjetividade do conhecimento¹

Time Crossings in Scientific Research: Between the Objectivity of Deadlines and the Subjectivity of Knowledge

Atravesamientos del tiempo en la práctica investigativa: entre la objetividad de los plazos y la subjetividad del conocimiento

Luis Mauro Sá Martino

Faculdade Cásper Líbero

E-mail: lmsamartino@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

RESUMO

Quais temporalidades atravessam a prática de pesquisa acadêmica? Além da definição formal dos cronogramas, quais são os tempos de uma investigação? Este texto delinea aspectos da relação do tempo com as práticas de pesquisa, nas intersecções entre a objetividade dos prazos e a temporalidade desacelerada dos sujeitos pesquisadores. Por meio de pesquisa bibliográfica, ancorada na reflexividade das atividades de orientação de pesquisa, sugere-se a existência de três temporalidades na investigação acadêmica: (1) o contexto de uso social do tempo dentro de uma lógica neoliberal objetivada nos (2) prazos definidos por universidades e agências nos quais se desenvolvem (3) os vários

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Atravessamentos do tempo na prática de pesquisa: entre a objetividade dos prazos e a subjetividade do conhecimento.*

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 14, n. 30, jan-abr. 2024

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2024.48799>>

procedimentos envolvidos em uma pesquisa. Esses aspectos são discutidos a partir do lugar dos sujeitos na elaboração do conhecimento.

Palavras-chave: *Tempo; pesquisa; produção acadêmica; desaceleração.*

ABSTRACT

What temporalities cross the practice of academic research? In addition to the formal definition of timelines, what are the duration of an investigation? This text outlines aspects of the relationship between time and research practices, at the intersections between the objectivity of deadlines and the slowed-down temporality of research subjects. Based on bibliographic research, anchored in the reflexivity of research guidance activities, the existence of three temporalities in academic research is suggested: (1) the context of social use of time within a neoliberal logic aimed at (2) defined deadlines by universities and agencies in which (3) the various procedures involved in research are developed. These aspects are discussed from the subjects' place in the elaboration of knowledge.

Keywords: *Time; research; academic production; deceleration.*

RESUMEN

¿Qué temporalidades atraviesan la práctica de la investigación académica? Además de la definición formal de plazos, ¿cuál es la duración de una investigación? Este texto esboza aspectos de la relación entre tiempo y prácticas de investigación, en las intersecciones entre la objetividad de los plazos y la temporalidad ralentizada de los sujetos de investigación. A partir de investigaciones bibliográficas, ancladas en la reflexividad de las actividades de orientación a la investigación, se sugiere la existencia de tres temporalidades en la investigación académica: (1) el contexto de uso social del tiempo dentro de una lógica neoliberal orientada a (2) plazos definidos por universidades y agencias en el que (3) se desarrollan los diversos procedimientos implicados en la investigación. Estos aspectos se discuten desde el lugar de los sujetos en la elaboración del conocimiento.

Palabras-clave: *Tiempo; investigación; producción académica; desaceleración.*

Introdução

Na prática de pesquisa, quando se pensa na dimensão do tempo, não seria de todo errado observar sua localização em termos da definição de um cronograma de atividades, no qual são apresentadas, em linhas gerais, algumas das atividades a serem realizadas. O grau de especificidade e detalhamento varia, seguindo desde indicações mais genéricas (“revisão bibliográfica”; “pesquisa de campo”; “redação”) até definições minuciosas de datas para a realização de cada atividade, incluindo reuniões de orientação ou o início de cada leitura.

A leitura de manuais de metodologia de pesquisa, bem como a prática de sala de aula no ensino dessa disciplina e nas reuniões de orientação, sugere que a dimensão temporal das práticas de investigação costuma se limitar, de fato, ao estabelecimento e redação do cronograma. Trata-se da delimitação de uma temporalidade fundamental para a organização das atividades a serem realizadas, sobretudo em termos da adequação de uma proposta aos prazos universitários.

No entanto, para além dessa instância declarada de distribuição do trabalho de pesquisa por um determinado período, é possível questionar em que medida é possível reduzir as alocações do tempo dentro de uma compartimentalização definida previamente, muitas vezes antes do enfrentamento de leituras, reflexões e atividades de campo e análise. A prática de pesquisa, seja nas Ciências Humanas, nas Exatas ou nas Artes, é marcada pelo atravessamento de temporalidades, que, apesar do cronograma, levam a pensar sua intersecção com outros aspectos do tempo da experiência dos sujeitos. Dito de outra maneira, qual lugar a pesquisa ocupa, de fato, no tempo de pesquisadoras e pesquisadores?

A dificuldade de gerenciamento do tempo é um fenômeno que abrange estudantes de graduação e de pós-graduação. Especialmente nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, foco do presente estudo, os futuros mestres e doutores experimentam um ritmo de trabalho que inclui o cumprimento de disciplinas, participação em atividades extracurriculares e produção de conhecimento que demandam muito empenho e dedicação. Muitos estudantes apesar de tentarem produzir material de

pesquisa de qualidade, procurando cumprir um cronograma previamente estabelecido, percebem que não conseguem alcançar um progresso satisfatório, que o resultado não reflete o empenho realizado e que não estão administrando de forma eficiente o tempo (Soares *et al.*, 2022, p. 152).

O tempo da pesquisa é frequentemente atravessado por outras temporalidades, resultado das demandas enfrentadas por pesquisadoras e pesquisadores diante das outras convocações e atividades do cotidiano. As demandas e interpelações de outras atividades frequentemente se apresentam como atravessamentos das atividades de pesquisa, interpondo-se diante do tempo originalmente destinado ao estudo. Campos de interação entre saberes, como a Comunicação ou as Artes, implicam ainda um pensamento a respeito do componente de transitoriedade que pode envolver sua produção. Em particular, quando se pensa que a produção de arte contemporânea se pauta, em alguns momentos, pela própria transitoriedade do objeto, como no caso das performances ou da arte conceitual – e certamente não é aqui o lugar de entrar nas minúcias dessas definições – e mesmo da música, o tempo do empírico se comporta também como tempo do efêmero. Esse tempo, no entanto, não se faz presente na definição de prazos, na qual a temporalidade cronométrica ganha prevalência.

Essas temporalidades têm origens diversas, podendo-se constituir tanto de elementos contextuais alheios à pesquisa e ao universo acadêmico – emprego, família, cuidados de si e dos outros – quanto das próprias atividades universitárias, variando de acordo com o momento e a situação de cada pesquisadora ou pesquisador, mas objetivado muitas vezes em termos de aulas, atividades de gestão, elaboração de relatórios, participação em comissões de avaliação e em bancas, obtenção de recursos, elaboração de pareceres, seminários, eventos, grupos de pesquisa e reuniões de orientação, entre outras.

No entanto, mais do que a listagem de atividades, o que poderia soar como uma tonalidade vagamente negativa, vale trabalhar alguns questionamentos referentes às condições temporais da produção de conhecimento (Leite; Tamayo; Günther, 2003; Basso, 2013; Silva; Silva, 2019). Esse tipo de relação não deixa, por isso mesmo, de ser povoado pelos atravessamentos interseccionais de classe, gênero, etnia e faixa etária, entre outros (Urpia; Sampaio, 2009; Costa, 2023).

Note-se, imediatamente, a própria restrição do conceito de “conhecimento”, algumas linhas atrás, como algo pautado em uma epistemologia que reconhece como válido apenas alguns tipos de saber; a potência geradora da arte, em sua temporalidade particular, por exemplo, raramente é encarada de um ponto de vista epistemológico, mas preferencialmente estético – como se a experiência da *aesthesis* não implicasse, ou pudesse implicar, uma transformação na *episteme* (Braga, 2021).

No entanto, essa discussão parece se pautar exatamente na transversal dos campos de conhecimento: mesmo em um campo como o da Arte, no qual a reivindicação de crítica às institucionalidades e poderes se apresenta como componente legítimo e legitimado de atuação, a implicação das temporalidades na pesquisa se manifestam como condição desse próprio estudo – uma tese não ganha ou perde anos para sua elaboração por pertencer a um ou outro campo, embora, certamente, seja necessário pensar nas especificidades de cada um deles (Bourdieu, 1996).

Trata-se de pensar nas condições de possibilidade de elaboração de uma pesquisa não em termos da fixação ou rigidez de um cronograma, mas, ao contrário, pensando na fluidez dessas atividades, na maneira como o tempo da pesquisa se entrelaça com os fluxos temporais nos quais pesquisadoras e pesquisadores estão imersos.

Questões socioemocionais se inserem nesse contexto em uma relação que se retroalimenta. O estresse e a ansiedade desse período, diminuem o rendimento acadêmico. A falta de planejamento, organização e dificuldades temporais contribuem para os níveis de estresse e ansiedade (Marques, 2019, p. 24).

Mergulhando um pouco mais nessa questão inicial, os próprios tempos de cada pesquisa podem ser questionados em termos da especificidade de sua duração. Vários questionamentos tendem a emergir a partir daí, sobretudo quando se passa ao exercício prático de pesquisa. A temporalidade dos cronogramas, em muitos casos, parece ser marcada por uma perspectiva estanque, colocando, a título de exemplo, um momento dedicado à leitura sucedido pela pesquisa de campo ou pelo trabalho documental, ou o tempo de análise seguido pela escrita e revisão. Mas até que ponto, de fato, pesquisadoras e pesquisadores efetivamente têm controle sobre essas temporalidades? Mais ainda, em que medida é possível pensar a atividade de pesquisa em compartimentos temporais estanques, cada um com sua definição específica em termos do que pode, ou deve, ser feito?

O início da atividade de campo precisaria necessariamente definir a interrupção do momento de pesquisa bibliográfica? Ou, na prática, não se observa uma sobreposição dos tempos, principalmente quando os momentos alocados para a pesquisa precisam ser localizados nas frestas de outras atividades?

A importância da questão pode ser dimensionada para além da presença de indicações formais em livros de metodologia de pesquisa e da proliferação, em plataformas digitais, de vídeos sobre a organização do tempo na vida acadêmica. Carelli e Santos (1998, p. 2) entendem as condições temporais da atividade acadêmica como “intervalo de tempo que o aluno tem para dedicar-se a trabalhos extraclasse, a fim de completar seus estudos e reforçar seu desempenho acadêmico”. Trata-se, em linhas gerais, de indicações a respeito de como abrir espaço, em agendas progressivamente lotadas, para conseguir estudar ao longo de um mestrado ou doutorado equilibrando – palavra forte nesse vocabulário – o tempo da pesquisa com as demandas da vida pessoal e profissional.

Se não é aqui o lugar de uma análise detalhada desses vídeos, o que fugiria ao escopo deste texto, é possível tomá-los como sintoma de um problema maior: os atravessamentos do tempo nas atividades de pesquisa, em suas várias dimensões e escalas.

A existência de vídeos com esse tipo de indicação sugere uma demanda por informações nesse sentido. O objetivo aqui, no entanto, não é avaliar esse tipo de indicação objetiva, às vezes à beira de uma certa normatividade, partindo do princípio de que há uma outra dimensão que não é coberta por eles – as dimensões da subjetividade presentes no trabalho de pesquisa, nas quais os atravessamentos temporais se objetivam, muitas vezes, na falta crônica de condições para obedecer às múltiplas demandas de tempo na sociedade contemporânea.

Note-se que se está falando de um tipo específico de produtividade relacionada ao campo acadêmico. A elaboração desse mesmo discurso, focalizado na condição específica de algum campo, como o da música ou das artes plásticas, exigiria o domínio de suas próprias características – a produção da arte implica um tempo de devaneio, no sentido dado por Bachelard (2005); no entanto, se essa produção estiver atrelada ao âmbito da pesquisa, esse tempo é substituído pela temporalidade dos cronogramas.

Quais temporalidades, aliás, atravessam a prática de pesquisa? Além da definição formal dos cronogramas, quais são os tempos de uma investigação?

Os programas de Pós-Graduações *stricto sensu* exigem do estudante o envolvimento com pesquisas, leituras, coletas e análise de dados, além da participação e colaboração em eventos científicos (Congressos, Seminários e Jornadas). Ademais, o estudante pode vivenciar incompatibilidades ao manejar a quantidade limitada de tempo disponível para manter um bom equilíbrio entre as obrigações do curso, da vida familiar, social e laboral (Soares *et al.*, 2022, p. 152).

Este texto delinea alguns aspectos da relação do tempo com as práticas de pesquisa, focalizando traços das intersecções entre a objetividade dos prazos e a temporalidade dos sujeitos envolvidos em uma pesquisa. A partir de pesquisa bibliográfica, bem como da prática autorreflexiva das atividades acadêmicas de orientação e elaboração de pesquisa, sugere-se a existência de três temporalidades, ou dimensões temporais, na investigação acadêmica: (1) o contexto de uso social do tempo dentro de uma lógica neoliberal; (2) o tempo macro dos prazos definidos por universidades e agências, e (3) o tempo, em escala micro, dos vários procedimentos envolvidos em uma pesquisa. Esses pontos são discutidos a partir de uma perspectiva que destaca a dimensão subjetiva envolvida na relação de produção do conhecimento.

O contexto dos usos sociais do tempo

Assim como uma pesquisa não deixa de estar situada dentro das condições sociais e políticas de produção de conhecimento de uma época, sua realização não escapa também das situações relacionadas aos parâmetros de tempo dentro dos quais ela pode ser levada a cabo.

Mas é bom, desde o começo, indicar de qual noção de tempo se está falando: conceito trabalhado por diversas disciplinas, da Física à Filosofia, uma abordagem mais ampla dessa ideia certamente estaria além do escopo e propósitos deste texto. Trata-se, aqui, de pensa-lo enquanto um fenômeno social ou, em termos mais diretos, considerar os usos sociais do tempo. Enquanto as tradições filosóficas e físicas do estudo do tempo remontam pelo menos a dois mil anos – se for possível, com consciência do arbitrário envolvido em qualquer definição, pensar na Física de Aristóteles como um dos marcos fundadores dessa perspectiva no Ocidente – ou mais, os estudos relacionando tempo e sociedade parecem ocupar um espaço consideravelmente mais recente nas pesquisas a respeito do tema (Bergmann, 1992; Holford-Strevens, 2005; Martino, 2022).

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Atravessamentos do tempo na prática de pesquisa: entre a objetividade dos prazos e a subjetividade do conhecimento.**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 14, n. 30, jan-abr. 2024

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2024.48799>>

Sem evidentemente nenhuma pretensão de um recenseamento completo, vale recordar que estudos sobre o tempo, de um ponto de vista sociológico, podem ser datados em termos dos anos 1960, com a publicação de *O desencantamento do mundo*, de Bourdieu (2021), no qual o sociólogo francês indica como as transformações da sociedade argelina, naquele período histórico, implicavam uma nova relação entre as pessoas e o tempo, mediada por uma progressiva aceleração decorrente das mudanças na relação com a terra.

O processo de modernização da sociedade, carregado de uma ampla carga histórica de violências físicas, territoriais e simbólicas, apresentava uma incontornável dimensão temporal, caracterizada sobretudo pela implantação de um regime de velocidade no âmbito das relações sociais. Um resultado, entre outros, era a descaracterização de vínculos sociais e com o solo, dificultados por um novo regime de temporalidade que levava ao estabelecimento de ligações mais rápidas e efêmeras. Não é coincidência que em um de seus livros mais conhecidos, *As regras da arte* (1996), Bourdieu se debruce também sobre as temporalidades que atravessam o campo artístico, com foco no literário, dentro da especificidade do ciclo de produção da arte, seus caminhos para chegar ao público e as etapas de consagração entre os pares.

De certa maneira, no entanto, coube a Elias (2011), em seu livro *Sobre o tempo*, trazer uma elaboração teórica mais ampla a respeito do assunto. Em diálogo com a Filosofia, aponta para a existência de uma dimensão simbólica do tempo elaborada nas relações sociais, nas quais as temporalidades não aparecem apenas como parte de atravessamentos decorrentes de fatores físicos, mas, ao contrário, pertencem muito mais ao universo do social. Seria possível dizer que, na perspectiva de Elias, não se trata de pensar apenas o tempo que atravessa e interpela o social, mas o social que elabora as condições de percepção do tempo. O estabelecimento de uma crítica social do tempo parece se manter ao longo da obra, sugerindo a ideia de que as relações temporais, em sua vinculação com o social, precisam ser vistas também em termos históricos e de transformações, pensando o tempo – não, evidentemente, enquanto grandeza física – como o fruto das condições sociais de sua elaboração.

Se esses dois trabalhos se apresentam como perspectivas inaugurais para se pensar as relações entre tempo e sociedade, sustentando a ideia de que as temporalidades das relações sociais se desenvolvem dentro de uma articulação tensional, pesquisas mais recentes parecem se debruçar

particularmente sobre os fenômenos de compartimentação e aceleração do tempo no âmbito do que poderia ser entendido como o capitalismo tardio ou uma lógica neoliberal. Nesse cenário, a ideia de que o tempo é também um fenômeno social vai buscar algumas de suas fundamentações em raízes mais profundas, sobretudo considerando as transformações da relação das pessoas e sociedades com o tempo mediado pelas condições de produção e trabalho.

É Marx (2011), nos *Grundrisse*, quem propunha, já em meados do século XIX, considerar as relações econômicas do tempo integrada à crítica da economia política, focalizando, em particular, as jornadas de trabalho. Uma de suas contribuições, que será retomada por autoras e autores contemporâneos como Rosa (2018), Crary (2021) ou Wajcman (2008), é a ideia de que o valor do trabalho está associado a uma valoração econômica do tempo: se, no capitalismo, o trabalho não é apenas um meio para a produção de mercadorias, mas também, ele mesmo, uma mercadoria, o valor do tempo pode ser mensurado a partir de critérios econômicos, não apenas como duração de uma jornada mas, sobretudo, enquanto mercadoria em si mesma – a frase “tempo é dinheiro”, apresentada como conselho nos *Diários* de Benjamin Franklin, condensa essa transformação na equivalência entre essas duas grandezas. De certa forma, essa frase parece resumir a compreensão das relações econômicas do tempo já no início do capitalismo, e essa lógica apenas se acentua na contemporaneidade.

Vale assinalar que, desde o início, o tempo da arte se apresentou como espaço de crítica e oposição a esse processo de compartimentação das temporalidades, agora organizadas pelos cronômetros. Essa crítica não deixou de ser preenchida, em alguns momentos, pelo olhar de uma admiração, ainda que desconfiada, diante desses novos ritmos da Modernidade. Não por acaso, a arte europeia do início do século XX flerta com o tempo, em particular com a aceleração, o estilhaço, a multitemporalidade e a simultaneidade – apenas a título de exemplo, seria o caso, por exemplo, de pensar a experiência do tempo no Cubismo, dentro das artes plásticas, ou de polirritmia, na música, ambos fenômenos desse tempo.

Como assinala Martino (2022), na Modernidade o tempo social passa a ser entendido em termos da lógica da mercadoria, sendo pensado quase exclusivamente em seu aspecto quantitativo, vinculado a uma produção. A crítica social do tempo destaca, nesse sentido, a necessidade de repensar o tempo em sua dimensão como qualidade, isto é, algo existente na exterioridade das relações de produção (Harvey, 1999; Adam, 2008; Santos, 2018).

Nossa compreensão, no que diz respeito à relação entre o ensino superior e a problemática da produtividade, no meio acadêmico, é de que as exigências por produção não se restringem a um nível específico, no que diz respeito a atuação docente, mesmo compreendendo que as exigências e as pressões por números tendem a ser maiores nos cursos de pós-graduação (Moura; Cruz, 2020, p. 224).

Trata-se de um tempo restrito às condições de produção, um tempo pensado exclusivamente como mercadoria e, portanto, destituído de qualquer valor próprio exceto enquanto meio para um fim. Há, de certo modo, todo um discurso contemporâneo relacionado a esse tipo de concepção vinculando o tempo à produtividade – “Enquanto eles dormem eu faço negócios”; “Enquanto eles descansam eu trabalho”; “Lute enquanto eles se divertem” –, sugerindo que o único valor passível de ser atribuído às relações de temporalidade social precisam ser medidas e mediadas pelo aspecto econômico: o tempo livre, bem como tempo de descanso, é considerado inútil porque improdutivo – dentro dos critérios dessa lógica – e, portanto, desprovido de qualquer representação positiva (Adorno, 2000). Talvez não seja coincidência que trabalhos de Wajcman (2008), Crary (2021), Rosa (2018) ou Martino (2022) venham se dedicando a diagnosticar esse fenômeno, buscando resgatar outras dimensões do tempo enquanto qualidade da experiência da vida, em uma crítica da concepção do tempo pautado por sua associação com a produtividade. “Produtividade”, nesse sentido, não está muito distante do vocabulário das práticas de pesquisa quando se fala em “produção bibliográfica” ou “produção técnica”.

O volume de produção pode ser analisado em termos absolutos pelo número de produtos por unidade de tempo, ou em termos relativos através da taxa de produtos pelo número de pesquisadores. Os números absolutos não permitem a comparação entre grupos, programas, departamentos, universidades, dada a diversidade no número de pesquisadores. Os números absolutos serviriam apenas para comparação entre pesquisadores, mas mesmo nesse caso, seria necessário introduzir alguma correção pelo tempo de titulação (BARATA, 2022, p. 433).

Próximo, muitas vezes, da ideia de “produtivismo” (Kuhlmann Jr., 2015; Zadoná; Cabral; Sulzbach, 2014; Oliveira, 2020; Martino, 2021), trata-se, em alguma medida, de uma relação temporal – a divisão entre os números de produção considerados em um período de tempo (triênios, quadriênios) a partir do qual se pode especificar, numericamente, os índices que caracterizam uma pesquisadora ou um pesquisador. Isso leva ao próximo item.

O tempo da teoria: história e conceitos de um campo

Seria possível iniciar esta parte com um questionamento: em que medida algumas práticas de pesquisa não vêm se aproximando, em uma articulação tensional, com uma lógica neoliberal do tempo? Relatos de vivências de docentes e discentes, no âmbito universitário, parecem dar conta de um quadro precário de saúde mental decorrente do aumento contínuo das demandas – tanto em termos de produção de pesquisa quanto nas atividades pedagógicas, didáticas e, sobretudo, de gestão e administração –, levando a uma estreita compartimentação do tempo.

Ao que tudo indica, o tempo dedicado às atividades-fim do espaço acadêmico, a pesquisa, o ensino e a extensão, parecem estar progressivamente compartimentadas diante do volume assumido por essas práticas, bem como pela sobreposição de atividades-meio relativas à gestão acadêmica e universitária. Isso, vale notar, quando se pensa na docência em tempo integral, ou na vida discente auxiliada por algum tipo de financiamento; em outras configurações das relações acadêmicas, pode-se acrescentar a esse cenário todas as demandas da vida profissional, em sua extensão progressiva do tempo de trabalho. E, em todos os casos, o tempo desacelerado do cuidado, de si e dos outros, da atenção às demandas pessoais e familiares, assim como de cultivo de outras atividades, também poderia ser adicionado a essa equação. Em que medida o tempo da pesquisa pode se entrelaçar com esse cenário?

Enquanto tempo da reflexão, a teoria pode ser aproximada do tempo de devaneio, seguindo os passos de Bachelard (2005). É verdade que o tempo da teoria, muitas vezes, é apresentado como um momento de confronto com um referencial árido, com um vocabulário complicado e palavras de difícil compreensão, acessível apenas aos iniciados. Mas podemos pensar a teoria de outra maneira: o tempo da teoria é também o tempo da imaginação teórica, mais próximo da arte – e, novamente, pautada no devaneio – e da criatividade para conectar fenômenos e conceitos em uma

trama de sentido. A vivência da teoria é uma maneira de revestir a realidade de uma potência de reflexão próxima da arte, na medida em que não se trata de reproduzir mecanicamente o real, mas delimitar espaços de relevo e importância.

No âmbito do trabalho de pesquisa, os atravessamentos desse cenário são múltiplos, mas podem ser tornados mais visíveis quando se entende que os aspectos sociais do micro não deixam de se relacionar com os aspectos macro. O cronograma de atividades, face mais objetiva e visível da relação entre tempo e pesquisa, não permite senão entrever alguns dos aspectos subjetivos, existentes e existenciais, presentes em cada momento desse processo. Em linhas gerais, esse tipo de cronograma se inicia com a ideia de um tempo dedicado à leitura. O nome, de acordo com o caso, pode variar entre “revisão de literatura”, “revisão bibliográfica”, “pesquisa bibliográfica” ou outras nomenclaturas que, embora tragam diferenças entre si, às vezes são apresentadas como sinônimos. Esse tipo de procedimento de pesquisa parece ser o que obteve maior consagração, sendo utilizado em boa parte dos campos voltados para cultivar uma imagem de cientificidade.

Qual é o tempo de leitura necessário para se fazer uma pesquisa? Respostas como “depende de cada pesquisa” ou “varia conforme o estudo” podem, em um primeiro momento, sugerir uma certa maleabilidade do tempo de pesquisa, como se o cronograma pudesse se conformar, em uma ampla flexibilidade, às necessidades e demandas da pesquisa. A rigor, seria possível sugerir um movimento inverso: as práticas de pesquisa estão sujeitas ao cronograma. Por isso, o tempo da leitura, para além de uma perspectiva de flexibilização – palavra cara a uma determinada concepção econômica do trabalho contemporâneo –, pode ser ampliado, mas nunca além de um certo período, geralmente concentrado nas fases iniciais da pesquisa (Alves-Mazzotti, 2012; Martino, 2016, 2022). Isso pode gerar um outro questionamento, diferente do inicial, mas talvez mais próximo da prática: quanto tempo se tem para ler durante uma pesquisa? Qual a proporção desse tipo de atividade em relação às outras? Qual é o tempo da teoria?

A elaboração de uma parte “teórica” do trabalho, se entendida também como o momento de obter certa familiaridade com a história do campo em que se está, como recordam Martino (2005), Russi-Duarte (2010) ou Martino (2022), pode demandar um tempo considerável em termos de pesquisa bibliográfica, não apenas para a obtenção do material de leitura, mas, sobretudo, para sua organização e, principalmente, assimilação em termos de localizar a pesquisa que está sendo realizada

dentro da historicidade dos estudos anteriores. Se a história de um campo, como recorda Bachelard (2005), é uma parte integrante de sua concepção epistemológica, trabalhar a genealogia dos conceitos permite observar não apenas a “história”, em um sentido voltado para o factual, mas as transformações na concepção dos objetos empíricos de uma área, suas lutas por legitimidade, o movimento de apropriação, elaboração e abandono de teorias e ideias. A formulação desse tipo de conhecimento, no entanto, leva tempo – um tempo, talvez, consideravelmente além daquele alocado para a leitura em uma pesquisa.

Seria talvez ilusório considerar que em um semestre, ou mesmo em um ano, seja possível dar conta do principal da literatura a respeito das incursões sobre o objeto estudado em uma pesquisa. Trata-se, em outros termos, de um trabalho que se espalharia ao longo de anos de dedicação. No entanto, o tempo da pesquisa bibliográfica – paradoxalmente – talvez não seja o tempo da efetivação mais ampla de um aprendizado reflexivo, mas de uma aproximação, em menor escala, com o estritamente necessário para o delineamento ou enfrentamento das questões do campo.

É neste espaço/tempo, de tensão, que se delinea entre o teórico e o empírico, que a pesquisa toma forma e o sujeito pesquisador vai desenvolvendo um olhar reflexivo e problematizador sobre seu objeto de pesquisa, para fertilizar a construção do objeto científico (SILVA, 2012, p. 86).

O tempo da leitura não parece se pautar, nesse sentido, no diálogo com um corpo mais ampliado de conhecimentos, mas implica um processo de seleção tanto mais criteriosa e mais restrita conforme se observa, no cronograma, a aproximação das outras etapas da pesquisa. Esse ponto pode ser relacionado ao que França e Prado (2013) assinalavam como o baixo índice de circulação de textos publicados por áreas do saber: o volume de citações de artigos, indicam, é relativamente pequeno, sugerindo que, em linhas gerais, as áreas de produção de conhecimento não se leem.

Seria possível, diante desse dado, questionar a dimensão temporal que pode estar entre suas causas – a ausência de tempo para a leitura talvez não deixe de estar entre os fatores responsáveis pela volta a textos com os quais já se tem familiaridade, deixando de lado – por falta de tempo hábil – a possibilidade de incluir um volume maior da produção contemporânea (Martino, 2022).

Esse volume torna impraticável o acompanhamento da produção, mesmo quando restrita a um tema ou objeto específico. Salvo em espaços de debate, nos quais é possível ver e discutir em primeira mão aspectos desses trabalhos, ou, em uma dimensão outra, os textos publicados por nomes consagrados de seus campos particulares, é possível sugerir – e aqui acompanha-se novamente França e Prado (2013) – uma baixa taxa de circulação desse montante de textos, tornando opaca grande parte da produção mesmo às pessoas interessadas em um determinado tema.

Pode-se questionar, a partir daí, quais são as condições para a efetivação de um diálogo possível para uma determinada área do saber, sobretudo se a formação de um sentido de comunidade acadêmica, como ressalta Silveira (2021), está fundamentalmente investido de uma prática mútua de leitura, discussão e crítica dessa produção.

Vale perguntar, do mesmo modo, em que medida existe tempo, nessa parte “teórica” da pesquisa, para uma apropriação crítica das teorias e conceitos, modulados em relação não apenas aos objetos empíricos, mas dentro de uma leitura decolonial de formas de pensamento produzidas em contextos diversos. Nas práticas de orientação e ensino de metodologia, observa-se muitas vezes, como sintoma desse cenário, uma pressa em conhecer quais teorias podem ser instrumentalizadas em termos da prática de pesquisa – “qual teoria eu uso?”; “qual conceito eu posso aplicar?”.

A certa altura, o tempo da teoria é interrompido, esteja em quais condições estiver. O cronograma indica que é o momento de direcionar os esforços para a parte “prática”, pesquisa documental ou de campo, responsável, entre outros fatores, por indicar qual será a especificidade do trabalho. Isso remete ao próximo ponto.

Diante das temporalidades do campo

O tempo de campo, ou o momento de “prática” da pesquisa, pode ser entendido como o momento destinado à obtenção dos dados necessários para a análise que, como resultado, responderão às perguntas assinaladas nos objetivos de um projeto. Livros de metodologia diferem em relação aos termos utilizados para definir o momento do encontro mais detalhado com o objeto de pesquisa, pautando-o às vezes de acordo com os procedimentos técnicos – pesquisa documental, bibliografia textual, entrevista, grupo focal – ou em termos de sua oposição a outros momentos – o

tempo de “campo” em contraposição ao momento “teórico” ou “bibliográfico” – ou mesmo considerando “campo” qualquer momento de obtenção de dados que não sejam ligados à “teoria” inicial. Para efeitos deste texto, pode-se considerar “campo” ou “prática” esse momento de obtenção de dados que, em geral, é colocado cronologicamente junto ao momento da “teoria” indicado no item anterior.

Mas qual é esse tempo de campo? Ou, se é possível formular a questão de outra maneira, qual é o tempo possível para o campo? É preciso considerar que esse tempo de obtenção do objeto empírico significa, algumas vezes, o primeiro contato efetivo e sistemático de uma pesquisadora ou pesquisador com o recorte da realidade a ser pesquisado – e a realidade parece ter um prazer especial em desestabilizar as certezas existentes antes desse primeiro encontro com o objeto. Vale, por sua importância, detalhar um pouco mais esse momento em termos de pensar quais são algumas das vinculações do campo com a pesquisa.

As práticas metodológicas de pesquisa referentes à obtenção de dados poderiam ser divididas, em linhas gerais, em termos de sua origem. A opção por materiais já existentes tem, como consequência imediata, uma considerável economia de tempo, tendo em conta que esses elementos estão, ou poderiam estar, à disposição de qualquer pesquisadora ou pesquisador.

Considerando que parte da pesquisa acadêmica efetivamente se debruça sobre produtos já existentes, seria – em uma leitura superficial – relativamente fácil fazer um estudo desse tipo simplesmente obtendo esses materiais. A presença desse tipo de conteúdo à disposição em plataformas digitais, por exemplo, seria uma indicação ainda mais evidente da facilidade de obtenção desses elementos. Em termos mais cotidianos, esse tipo de pesquisa documental seria mais “fácil” na medida em que os objetos empíricos já estariam à disposição de pesquisadoras e pesquisadores, bastando um trabalho de coleta, arquivo e sistematização para passar, logo em seguida, para a parte de análise.

Por seu turno, a pesquisa de campo seria, por si só, um pouco mais “difícil” uma vez que envolveria uma série de procedimentos que, ultrapassando as atividades específicas de uma pesquisadora ou pesquisador, demandariam mais tempo por se tratar do contato com outras pessoas. A realização de uma etnografia de recepção, a título de exemplo, requer um tempo ampliado de contato com as

peças do lugar, autorizações prévias, passagens por comitês universitários de ética na pesquisa e, ao final, o mergulho efetivo no campo, com suas temporalidades próprias; a realização de entrevistas ou a elaboração de grupos focais demanda não apenas uma etapa temporal de organização, mas também a conciliação de duas ou várias agendas de participantes.

Poderia ser acrescentado a isso que a necessidade de implementar cada procedimento metodológico implicaria também uma carga de leitura semelhante – com o tempo correspondente – para observar não apenas os aspectos do “como fazer”, mas, eventualmente, entrando em um debate sobre suas potencialidades e limites.

Nessas duas modalidades há possibilidades de problemas que, na definição inicial do tempo do cronograma, nem sempre são levadas em consideração. Materiais e documentos que, presumidamente, seriam fáceis de encontrar se diluem na indisponibilidade de arquivos; elementos online nem sempre apresentam a sistematicidade necessária para o estabelecimento de uma certa representatividade de amostragens; entrevistas combinadas com semanas ou meses de antecedência são desmarcadas por sujeitos pesquisados que desaparecem; grupos focais são desmarcados em cima da hora e pesquisas etnográficas, acertadas previamente e com todas as autorizações obtidas, são adiadas, condicionadas ou proibidas.

E quando a elaboração da pesquisa está ligada à realização de uma obra de arte? Quando a tese é performance ou a dissertação é um vídeo, quais são as temporalidades implicadas para dar conta da especificidade não só de cada campo, mas, no caso, também de cada um dos meios empregados? Evidentemente não se está advogando nenhum tipo de determinismo, seja social ou tecnológico. É importante, porém, voltar um olhar atento para esse tipo de prática – o “campo”, no sentido antropológico, da arte.

O tempo de campo se caracteriza por um alto grau de imprevisibilidade, que demanda um tempo – muitas vezes inexistente – para a reavaliação de critérios, retorno e modificação das leituras, mudanças de enfoque e mesmo de projeto às vezes difíceis de serem efetivadas pela impossibilidade de modificar, a certa altura, o cronograma de atividades. Em alguns casos, o prolongamento dessa parte pode ser responsável pela diminuição do tempo seguinte da pesquisa – a análise dos dados e, sobretudo, a escrita.

O tempo da escrita e o ritmo vazio diante da tela

Talvez não seja de todo errado indicar que, dos principais momentos da prática de pesquisa, as atividades de escrita recebam o maior espaço, não apenas em livros gerais de metodologia, mas também em um número crescente de publicações sobre a redação de textos acadêmicos (Reshef, 1996; Henriques; Simões, 2004; Nygaard, 2015; Medeiros; Tomasi, 2016; Holliday, 2016; Meira, 2016; Pinto, 2018). Enquanto gênero textual, dotado de suas características relacionadas à finalidade de comunicação de um saber específico – mas também secundado por um grau, menos visível, de subjetividade e mesmo arbitrariedade – produzido em um espaço de pesquisa, o texto acadêmico muitas vezes se reveste de uma aura relacionada à sua complexidade. Essas características podem estar entre as responsáveis por tornar o tempo da escrita um dos mais desafiadores da prática de pesquisa (Silva, 2012; Silveira, 2021).

Dito isso, compreendo que essa comunicação é realizada através de formas relativamente estáveis de se enunciar, ou seja, existem coerções, normas e finalidades discursivas distintas que estarão relacionadas ao tempo e espaço na sociedade, ou seja, depende do gênero discursivo pelo qual se enuncia (Silveira, 2021, p. 45).

O tempo da escrita, em geral, é situado no final do cronograma. Feita a leitura, encontrado e analisado o material de pesquisa, pesquisadoras e pesquisadores sentam-se diante de uma tela em branco aguardando para que sejam lançados os resultados de todo um período de pesquisa. Cronogramas podem especificar qual será o tempo objetivo para isso, estipulando os meses ou as semanas dedicados à escrita e revisão do trabalho. Mas isso parece deixar de lado uma dimensão qualitativa mais profunda: os infindáveis segundos, transformados em minutos e horas, na frente do computador.

Qual é a duração desse momento diante da tela? Quantos momentos estão no movimento circular de iniciar uma linha, seguir até o final, colocar um ponto e, em seguida, apagar tudo e recomeçar? Se existem regras e recomendações para o exercício da escrita acadêmica, não há soluções imediatas para reforço instantâneo da autoconfiança, muitas vezes sistematicamente comprometida por encontros negativos ao longo de uma trajetória acadêmica.

Se esses encontros não se realizam na esfera da alteridade da pessoa, podem ser localizados também entre a fantasia do texto perfeito e o fantasma da regra a ser aplicada a qualquer custo – escrever dentro das “regras da ABNT”, evocadas muitas vezes como uma normatividade a ser aplicada indistintamente – e, talvez, sem que se tenha pleno domínio de seu significado. Note-se que “fantasia” e “fantasma”, utilizadas na frase anterior, descendem ambas do grego antigo “phantasma”, referente à imagem que emerge em algum ponto da mente, seja ligada à formação de imagens projetivas para o futuro – a fantasia, imaginação –, seja na fixação do negativo referente à impossibilidade de lidar com essas imagens – o fantasma.

O tempo da escrita, nas atividades de pesquisa, opera também em relação a esses dois elementos, reivindicando uma dedicação focada e uma alta concentração geralmente em um momento da pesquisa em que, por força das atividades anteriores e do contexto, há um cansaço generalizado em relação à atividade. Esses pontos, vinculados à subjetividade da pesquisa, nem sempre são ressaltados ou mesmo levados em consideração quando se pensa no tempo da escrita como “redação”, compartimentada entre o final da coleta/análise de dados e o prazo final. Ao contrário, essa temporalidade raramente é mencionada – e alguns textos sobre o assunto parecem se concentrar em estratégias para diminuir a força desse aspecto.

Talvez fosse importante pensar no tempo da hesitação, do olhar que percorre a tela em branco enquanto se procura mentalmente encontrar algo para dizer ou, mais ainda, se busca a maneira de dizer algo. O tempo de uma contemplação que tende à *flânerie* e que ativa várias dimensões sensíveis da experiência, permitindo que muitas vezes o devaneio estabeleça relações temporais laterais, não sucessivas, que permitem a emergência de desvios, imprevistos, daquilo que antes não era notado, percebido, sentido. Segundo Alison Ross (2019), o devaneio não é uma temporalidade destituída de agência e criação. Pelo contrário, ele instaura brechas e produz rasuras em um tempo normalmente organizado pelos constrangimentos do trabalho, auxiliando a configurar uma operação temporal e corporal de abertura de intervalos, de entre-espacos que permitem desmesuras e devires outros do que aqueles programados pelos ideais de “desempenho” e “sucesso”.

É importante mencionar que a temporalidade elaborada no devaneio pode atuar em prol da emancipação: ela desacelera o tempo do trabalho e da busca por progresso, recusando corroborar uma concepção de trabalho que reitera experiências associadas à imposição de ritmos e tempos ao

sujeito. Ross (2019) reitera que engajar-se na temporalidade difusa do devaneio é uma operação desviante, um agenciamento que renova as táticas de transformação da experiência disponíveis aos sujeitos. Ela argumenta que a temporalidade desacelerada do devaneio modela uma experiência que configura um estado emancipado no qual é possível reconfigurar o mapa da superfície laboral percorrida e habitada pelo corpo e pelos sentidos.

Consideramos vital explorar o significado do devaneio na criação de uma temporalidade desviante e desacelerada para a experiência de elaboração de saberes e conhecimentos – e a prática artística, em sua miríade de formas, apresenta-se como um espaço privilegiado de aprendizados referentes ao questionamento dos fluxos do tempo, mesmo em termos do próprio espaço institucional onde se realiza.

Aprender gestos reflexivos ligados à contemplação permite a abertura de temporalidades e espacialidades liminares, através das quais a demora, a espera e a abertura ao imprevisto se tornam linhas de fuga e de força para que a pesquisa se configure como experiência política transformadora. Ao mesmo tempo, as formas de comunicabilidade dos saberes gerados a partir da abertura desses limiares instigam os sujeitos a se colocarem sobre a borda existente entre a continuidade e a mudança, configurando outras oportunidades de considerar outros saberes e alteridades, e de receber consideração em relações de reciprocidade.

Sob esse aspecto, a criação de uma escritura que seja condizente com a atuação de temporalidades desaceleradas na pesquisa requer o que Derrida (2015, p. 19) nomeou como “estar em atraso”, ou seja, privilegiar a criação de um prazo suplementar, de uma espera que gere aberturas para o desvio e a transformação, antes da finalização daquilo que está em instância, que está a ponto de chegar. Assim, a valorização de instantes em iminência nos parece uma operação central da escrita, pois há aí uma escritura do tempo, em que cada linha pode ser pensada como uma fronteira entre tempos que se bifurcam e se cruzam novamente sem cessar. Considerar a possibilidade de coexistência desses tempos na escrita é abrir o espaço de jogo do texto para deslocamentos, redistribuições, exposição ao risco, correlação e articulação entre diferentes possibilidades de experiências.

O tempo da escrita parece ser marcado pela dilatação da duração, tornada quase infinita enquanto não se define qual será o ponto a colocar na tela. Esse tempo é marcado por um ritmo: o cursor piscando, aguardando para percorrer o caminho até o final da linha. A cada interrupção da escrita, ele volta a piscar em intervalos regulares, como um lembrete – temporal – de que se está parado diante da tela em branco. E, em uma lógica de produtividade, “ficar parado” tende a significar uma perda de tempo, um desperdício dos poucos instantes em que se poderia estar diante da tela do computador dedicado à redação.

Dependendo das condições específicas de cada universidade, ou mesmo de cada curso ou docente, esse tempo da escrita pode ser marcado também pelo tempo do diálogo de orientação, no qual o texto é interpelado por uma outra voz. “Nesse contexto, é como se os estudantes participassem, na academia, de um ‘jogo de adivinhação’, pois têm que descobrir quais são as expectativas do professor, ao solicitar determinada produção textual” (Silva, 2017, p. 147).

Essa troca assinala também, dentro dessa relação, a aprovação do uso do tempo anterior: um texto “pronto” ou que “pode seguir em frente” indica um bom aproveitamento do momento de escrita; “corrigir” ou mesmo “refazer”, por seu turno, significa retomar uma atividade sem a possibilidade de reaver o tempo correspondente utilizado na primeira versão. Assim, o movimento de troca também se apresenta como um momento do processo de escrita, na inclusão e exclusão de elementos até que se chegue a uma situação que possa ser entendida como a melhor possível.

Há também, como possibilidade de ser levado em consideração nesse momento, o tempo da apresentação dessa escrita diante de mais pessoas, em eventos acadêmicos – congressos, seminários, encontros ou qualquer outro formato similar.

Se o estudo das temporalidades de uma apresentação desse tipo demandaria um lugar mais amplo do que o deste texto, é possível assinalar algumas das derivações da participação nesses espaços sobre a prática da escrita. Não é incomum que, após a apresentação de um texto em um congresso ou seminário, ou mesmo em bancas de qualificação, a autora ou autor receba sugestões de aprimoramento, críticas a respeito de pontos específicos e, em alguns casos, sugestões de leitura. Sem apresentar um mérito de julgamento da qualidade desse tipo de recomendação, ele encerra em si um risco de interferência alta na temporalidade da escrita: a preocupação em acrescentar todas as

recomendações – “preciso colocar isso no texto”; “tenho que incluir essa autora” –, como se a sugestão fosse revestida de uma normatividade incontornável. Em alguns casos, isso leva imediatamente a um enfrentamento com o tempo da escrita: como voltar para a etapa de leitura em um momento adiantado do trabalho? Como interromper a escrita para ler todas as recomendações e, ainda, incluí-las no texto, o que pode significar, inclusive, a necessidade de retomar trechos até então considerados prontos ou fechados?

O momento da escrita se apresenta, dessa maneira, como revestido de um investimento da racionalidade econômica do tempo voltado para a finalização de um processo, no qual nem sempre se leva em conta as condições sociais, mas também emocionais e afetivas, de produção de texto.

Considerações finais

Existem várias temporalidades entrelaçadas na prática de pesquisa. Entre os constrangimentos das demandas institucionais, da objetividade dos prazos e da competitividade por melhor desempenho, está também a subjetividade do processo de produção de conhecimento (Martino; Marques, 2018). Aqueles que fazem pesquisa tentam articular temporalidades em constante tensão, sem deixar de lado as condições de possibilidade de manter ativo o espaço de jogo através do qual resistências e transformações são produzidas. Essa operação ocorre na escrita, no tratamento dos dados, no encontro com as diferenças, no respeito dispensado a cada uma delas. As temporalidades do devaneio, da espera, da dilatação, da reflexividade que acompanham a contemplação demorada nos possibilitam a oportunidade de criar apropriações, interfaces, alianças entre heterogeneidades que, de outro modo, talvez não seriam aproximadas. A paciência requerida pela desaceleração alimenta uma poética do conhecimento que é também política, uma vez que valoriza a potência do improvável e do imprevisível para alterar o que se torna visível e legível para nós.

Acreditamos que investir na demora e no devaneio podem reconfigurar o gesto poético e político do processo de produção de saberes, uma vez que essas temporalidades não se destinam a produzir um escape completo da violência e da brutalidade, mas linhas de fuga que conectam instantes desviantes a outros instantes, permitindo outros acessos a acontecimentos do passado, construindo outras formas para a remontagem da memória e criando, por isso mesmo, outros

imaginários e devires. Alisson Ross (2019) comenta como o significado do devaneio e do tédio na criação artística de uma temporalidade desviante pode reconfigurar a experiência e sua comunicabilidade, permitindo uma partilha que interfere nas coordenadas de produção e emergência de formas de vida que se colocam sobre a borda existente entre a continuidade e a mudança. Para a autora, a experiência emancipatória proporcionada pelo devaneio está relacionada às disjunções e deslocamentos associados à criação artística, à abertura de intervalos entre o que os sujeitos fazem e o que veem, entre o movimento e a quietude, e entre as normatizações e opacidades que as formas de sujeição podem deixar como marcas, e através das quais cumplicidades, trocas, desejos, sonhos e sentimentos podem ganhar materialidade e serem comunicadas e partilhadas trazendo desdobramentos inesperados. Ela acredita que esse poder de abertura e de mobilidade da criação artística alimenta uma poética da política, ou seja, a arte abre um jogo constante entre as ações, gestos e enquadramentos que organizam sentidos, permitindo transformações nas maneiras através das quais vemos, ouvimos, percebemos e entendemos o mundo e nossa (inter)subjetividade. É essa potência poética que desloca um corpo das espacialidades, temporalidades e corporeidades que assumiu como dadas – sobretudo na prática da pesquisa –, levando o sujeito a sondar, explorar, encontrar outros caminhos e veredas, outras bordas para agir e confiar em seus próprios saberes para ampará-lo na tarefa de tornar a vida habitável e partilhável.

A experiência emancipatória proporcionada pela demora no devaneio está relacionada a essa poética política que, principalmente na arte, desencadeia rupturas, desvios e um incentivo à imaginação política que acolhe a indeterminação, amplificando nossos recursos e nosso poder de agir sobre nós mesmos e sobre o mundo, elaborando uma forma de cuidado que privilegie a hospitalidade. A pesquisa acadêmica, ao traduzir em palavras uma jornada de investigação, pode conectar temporalidades para promover a desclassificação, a desidentificação e o desvio das regras, expondo sua instabilidade. Ela pode produzir um excesso e colocar em circulação novos enunciados, que ultrapassam o que é dado de modo inquestionável como verdade, e que podem, ainda que sutilmente, perturbar normatividades.

O trabalho de aliança entre temporalidades da desaceleração permite que sujeitos produtores de conhecimento experimentem e reexperimentem outros ritmos e outras possibilidades de tecer comunidades de consideração e escuta. Produzir reflexividade e subjetivação na demora é também

promover oportunidades de articulação que reverberam e se desdobram em traduções e confluências. A força transformadora da espera e da demora age sobre o pensamento, o corpo, as conexões que sustentam esse corpo, as experimentações, os espaços e tempos que o definem. As temporalidades da pesquisa acadêmica podem ganhar força quando a desaceleração e a prática artística promovem brechas e hiatos para experimentações que contestem instrumentos de transmissão e aplicação de modelos, propondo espaços de jogo alargados, nos quais ocorre um trabalho de busca compartilhada, capaz de produzir pensamento deslocando as posições naturalizadas que definem o que pode ser ou não ser considerado conhecimento.

REFERÊNCIAS

ADAM, Barbara. The Timescales Challenge: Engagement with the Invisible Temporal. In: EDWARDS, Rosalind (org.). **Research Lives Through Time: Time, Generation, and Life Stories**. Leeds: Economic and Social Research Council, 2008. p. 7-12. (Timescape Working Papers Series, n. 1).

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 70-82.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 41-59.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Avaliação da produção acadêmica. **Avaliação**, v. 27, n. 3, p. 429-445, dez. 2022.

BASSO, Cláudia *et al.* Organização de tempo e métodos de estudos. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 2, p. 277-288, jul-dez. 2013.

BERGMANN, Werner. The Problem of Time in Sociology: An Overview of the Literature on the State of Theory and Research on “Sociology of Time”. **Time & Society**, v. 8, n. 1, p. 81-95, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

BRAGA, Paula. **Arte contemporânea: modo de usar**. São Paulo: Elefante, 2021.

CARELLI, Maria José Guimarães; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Condições temporais e pessoais de estudo em universitários. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 2, n. 3, p. 265-278, 1998.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Atravessamentos do tempo na prática de pesquisa: entre a objetividade dos prazos e a subjetividade do conhecimento**.

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 14, n. 30, jan-abr. 2024

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2238-2046.2024.48799>>

- COHEN, Elizabeth F. **The Political Value of Time**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- COSTA, Ericka Loane Ferreira dos Santos. **Mulher, maternidade e vida acadêmica**. 2023. 51 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Rondônia, Vilhena, 2023.
- CRARY, Jonathan. **O capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2021.
- DERRIDA, Jacques. **Demorar, Maurice Blanchot**. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Publicado originalmente em 1984.
- FRANÇA, Vera V.; PRADO, José Luiz Aidar. Comunicação como campo de cruzamentos, entre as estatísticas e o universal vazio. **Questões transversais**, v. 1, n. 2, p. 76-82, jul.-dez. 2013.
- FREITAS, Maria Ester de. **Viva a tese: um guia de sobrevivência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.
- HENRIQUES, Cláudio César; SIMÕES, Darcilia. **A redação de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- HESS, Remi. **Produzir sua obra: o momento da tese**. Brasília: Liber Livro, 2005.
- HOLFORD-STREVENS, Leofranc. **The History of Time**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HOLLIDAY, Adrian. **Doing and Writing Qualitative Research**. London: Sage, 2016.
- KUHLMANN JR., Moysés. Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 838-855, out./dez. 2015.
- LEITE, Umbelina R.; TAMAYO, Álvaro; GÜNTHER, Hartmut. Organização do tempo e valores de universitários. **Avaliação Psicológica**, v. 1, n. 1, p. 57-66, 2003.
- MARQUES, Bruna Guimarães. **Promoção do gerenciamento do tempo em universitários: contribuições para a vida acadêmica**. 2019. 51 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.
- MARTINO, Luis Mauro Sá. Da teoria à metodologia: um ensaio sobre a construção de projetos em Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, n. 2, p. 22-35, ago.-dez. 2016.
- MARTINO, Luis Mauro Sá. Uma banca de defesa: delineamentos de uma performance em guias online para candidatos. **Esferas**, n. 20, p. 192-210, 2021.
- MARTINO, Luis Mauro Sá. **Sem tempo para nada: como tudo ficou acelerado, porque estamos tão cansados e as alternativas realistas**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela. A afetividade do conhecimento na epistemologia. **Matrizes**, v.1, n. 8, p. 217-234, 2018.
- MARTINO, Luiz C. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo comunicacional. In: CAPPARELLI, Sérgio *et al.* **A comunicação revisitada**. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 31-45.

- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos**. São Paulo: Atlas, 2016.
- MEIRA, Ana Cláudia Santos. **A escrita científica no divã**. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- MOURA, Aline C.; CRUZ, Andreia G. Ensino superior e produtividade acadêmica em tempos de pandemia. **Artes de Educar**, v. 6, n. especial, p. 222-244, jun.-out. 2020.
- NYGAARD, Lynn. **Writing for Scholars**. 2nd ed. London: Sage, 2015.
- OLIVEIRA, Thaianne. Acabou o quadriênio, e agora? **E-Compós**, v. 23, p. 1-17, set.-dez. 2020.
- OLIVEIRA, Thaianne *et al.* E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia. **Contracampo**, v. 39, n. 2, p. 2-14, 2020.
- PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo F. de. **Trabalho acadêmico: o que é? Como fazer?** São Paulo: Olho d'Água, 2002.
- PINTO, Maria da Graça Lisboa Castro. Os meandros da escrita acadêmica. Alguns recados aos estudantes universitários. **Linha D'Água**, v. 31, n. 1, p. 9-27, jan.-abr. 2018.
- RESHEF, N. Writing Research Reports. *In*: FRANKFORT-NACHMIAS, Chava; NACHMIAS, David; DEWAARD, Jack. **Research Methods in the Social Sciences**. New York: St. Martin's Press, 1996. p. 553-563.
- ROSA, Helmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- ROSS, Alison. Acting Through Inaction: The Distinction Between Leisure and Reverie in Jacques Rancière's Conception of Emancipation. **Journal of French and Francophone Philosophy**, v. XXVII, n. 2, p. 76-94, 2019.
- RUSSI-DUARTE, Pedro. Por que ensinar Teoria (da Comunicação)? *In*: FERREIRA, Giovandro; HOHLFELDT Antonio; MARTINO, Luiz C.; MORAIS, Osvando (org.). **Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. v. 1, p. 95-115.
- SANTOS, Elaine M. A aceleração do tempo e o declínio da experiência na contemporaneidade. **Impulso**, v. 28, n. 71, p. 95-104, jan-abr. 2018.
- SILVA, Elizabeth M. Os mistérios que envolvem a escrita acadêmica. *In*: AGUSTINI, Cármen; BERTOLDO, Ernesto. (org.). **Incursões na escrita acadêmico-universitária**. Uberlândia: EDUFU, 2017. p. 141-152.
- SILVA, Larice Santos; SILVA, Sílvia Maria Cintra da. A aprendizagem do ofício de estudante universitário. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 3, p. 960-978, dez. 2019.
- SILVA, Maria Gorete Rodrigues da. **Labirintos de espaços e tempos no cotidiano universitário: o acadêmico de administração Universidade Caxias do Sul/Canela**. 2009. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Escrita acadêmico-científica**: a labuta com signos e significações. 2012. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SILVEIRA, Letícia. **Escrita na universidade**: um estudo etnográfico acerca dos desafios do fazer científico de estudantes no ensino superior. 2021. 179 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SOARES, Adriana Benevides *et al.* Gestão do tempo: percepções de gerenciamento com estudantes de Pós-Graduação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 23, n. 2, p. 151-161, jul.-dez. 2022.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade-vida acadêmica. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, v. 3, n. 2, p. 30-44, 2009.

WAJCMAN, Judy. Life in the Fast Lane? Towards a Sociology of Technology and Time. **The British Journal of Sociology**, v. 59, n. 1, p. 59-76, 2008.

WAKELING, Simon. Academic Communities. **Journal of Documentation**, v. 75, n. 1, p. 120-139, 2019.

ZANDONÁ, Claudiane; CABRAL, Fernanda Beheregray; SULZBACH, Cintia Cristina. Produtivismo acadêmico, prazer e sofrimento: um estudo bibliográfico. **Perspectiva**, v. 38, n. 144, p. 121-130, dez. 2014.

NOTAS

-
- 1 A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq e da Fapemig.